

C&T E INCLUSÃO DIGITAL

O Brasil dispõe hoje de uma base suficiente para empreender os passos requeridos a fim de avançar na redução das distâncias em que nos encontramos dos níveis alcançados pela Europa e pelos Estados Unidos em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico. Essa base compreende núcleos de pesquisa em funcionamento nas universidades, a constituição de um sistema nacional de apoio à pesquisa e relativa clareza no que se refere às alterações que deveriam ser introduzidas na política em curso, graças ao diagnóstico efetivado pela própria comunidade científica.

Desse diagnóstico resulta claro o caminho a seguir nos dois segmentos em que se bifurca a matéria.

No primeiro caso (pesquisa tecnológica): é preciso deslocá-la para as empresas. Antes de mais nada, seria imprescindível estabelecer o princípio de que pesquisa tecnológica, diferentemente da pesquisa básica, precisa ser efetivada no próprio processo produtivo. O cumprimento desse objetivo pressupõe que a indústria seja incentivada a substituir a compra de know-how pela obtenção de patentes próprias, o que foi alcançado, do ponto de vista geral, na nova lei de informática.

Outra iniciativa resultante da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2002), caracterizada a seguir de forma mais pormenorizada, consiste na criação de fundos setoriais, cujos recursos foram assegurados em lei mas que o atual governo resolveu obstar.

Corremos o risco de, ao invés de avançar na recuperação do atraso, sairmos do governo petista com um quadro ainda mais desalentador.

No que se refere à inclusão digital, a posição firmada é a seguinte: empreender programa massivo de informatização das escolas públicas, com a participação da iniciativa privada, a fim de erradicar o “analfabetismo digital”; e, promover o apoio institucional às iniciativas comunitárias de democratização da tecnologia da informação.

Em resumo, a recuperação do atraso na pesquisa tecnológica, bem como fixar rumos sólidos à pesquisa científica básica, inclui estes pontos:

1º) Incentivo á pesquisa tecnológica deslocando-a para o âmbito das empresas, como ocorre na maioria dos países avançados. A pesquisa tecnológica deve estar vinculada ao aperfeiçoamento dos processos produtivos, aumentando a eficiência e a competitividade das empresas brasileiras.

2º) Estabelecer como prioridade da pesquisa científica coordenada pelo governo, o funcionamento dos fundos setoriais de amparo á pesquisa, de modo a assegurar que possam contar com os recursos necessários, de modo estável e permanente.

3º) Definir áreas em que o Brasil dispõe de base científica, material e humana, para avançar na pesquisa de ponta, como biotecnologia, petróleo, energias alternativas, genética, agricultura e saúde.

4º) Buscar associações com os grandes centros de pesquisa mundiais, diante da magnitude dos recursos exigidos naquelas áreas nas quais os próprios países desenvolvidos institucionalizam programas comuns.

Indicações sobre o “estado da arte” desse tema são apresentadas adiante.

Realizou-se, em 2002, a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, contando com a participação do que havia de mais expressivo no âmbito da comunidade científica, do mesmo modo que dos estudiosos do tema pertencentes à Universidade. Produziu um inventário da situação existente, dos problemas com que nos defrontamos e das perspectivas. Todo esse material foi reunido em quatro volumes, além do denominado “Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação”, contendo as bases para a correção de rumos que se impõe.

Lamentavelmente, o governo petista decidiu propor-se novos objetivos, que consistiriam em colocar a política governamental de ciência e tecnologia a reboque dos chamados programas sociais da nova administração. No rastro de tais alterações, o critério para a distribuição de recursos passou a ser a sua alocação regional.

A par disto, o governo paralisou completamente a política de incentivos à inovação. Fazendo eco dos reclamos expressos pela UNICAMP --através de um de seus titulares, prof. Antonio Buainain, justamente uma das poucas Universidades brasileiras que tem sabido firmar parcerias com empresas

privadas, no plano da pesquisa tecnológica --, o jornal O Estado de S.Paulo escreve o seguinte: “No Brasil, a ineficiência dos órgãos públicos e o excesso de burocracia fazem crescer as dificuldades que as empresas inovadoras, muitas delas de pequeno porte, precisam superar. Apesar da falta de estímulo fiscal adequado, elas conseguem atrair capitais, mas, mesmo sem ter produzido nada, já incorrem em impostos pesados, na contratação da mão-de-obra ou na aquisição de equipamentos e insumos. Depois ainda têm de enfrentar uma infra-estrutura de tecnologia industrial que o professor Buainain chama de “precária”, para certificar o processo inovador que vai utilizar.

E nem aí os seus problemas terão terminado. Tendo feito tudo certo e a um custo muito alto, o empreendedor ainda corre o risco de ver o governo, por puro preconceito contra as empresas inovadoras, comprando produto similar importado ou produzido por instituição pública de pesquisa financiada com dinheiro do governo. “E depois queremos atrair investimentos privados para financiar o risco da inovação!”, reage, com compreensível indignação, o professor da UNICAMP.” (“Ameaça à inovação.” Editorial de 2/04/2005).

À vista da circunstância, impõe-se que reafirmemos a validade do diagnóstico elaborado pela própria comunidade e registremos a necessidade de seguir os rumos traçados.

O Brasil tem investido entre 0,5 e 0,7% do PIB pesquisa e desenvolvimento (os chamados “gastos com P&D”), enquanto os países mais avançados aplicam valores superiores a 2,5%. Além da enorme discrepância entre as dimensões do PIB brasileiro em relação a países como Estados Unidos, Alemanha ou Japão, cabe levar em conta dois aspectos da maior relevância: 1º) há uma velha tradição no país de que a ciência está pronta e só nos compete copiar os seus resultados que nos convenham, o que explica inclusive o fato de que a Universidade brasileira seja tão tardia. Na década de vinte do século passado houve um empenho de refutar aquelas crenças que, se permitiu fosse criada a Universidade, não disseminou no país o que se poderia denominar de “cultura da inovação”. O diagnóstico a que nos referimos precedentemente afirma a esse propósito: “apesar de diferenças setoriais, no conjunto prevalece a cultura imitativa tanto no que se refere ao consumo quanto em relação aos produtos fabricados no país”; e, 2º) os gastos com P&D no Brasil são efetivados basicamente pelo Estado, na proporção de até 70%, enquanto nos Estados Unidos, na Alemanha ou no Reino Unido essa proporção é assumida pela indústria.

Dispõe-se de amplo diagnóstico das instituições responsáveis pelo fomento da C&T no país, da autoria do então deputado Aroldo Cedraz.